



ACÓRDÃO Nº1392/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11067/2021.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Companhia de Água, Esgoto e Saneamento de Coari – CAESC.
- 4- **Exercício:** 2020.
- 5- **Responsável:** Izocrates de Oliveira Brandao Filho (Ordenador de Despesa), Tacio Cezar Magalhaes da Cunha (Ordenador de Despesa), Cristianerson Pereira Rodrigues (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Laiz Araújo Russo de Melo e Silva - OAB/AM 6897, Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4331, Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM 6975, Any Gresy Carvalho da Silva - OAB/AM 12438, Igor Arnaud Ferreira - OAB/AM 10428 e Laiz Araújo Russo de Melo e Silva - OAB/AM 6897.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 8281/2022, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Companhia de Água, Esgoto e Saneamento de Coari - CAESC. Exercício de 2020.

*Regularidade com ressalvas. Quitação.
Determinação.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Companhia de Água, Esgoto e Saneamento de Coari - CAESC, referente ao exercício de 2020, de responsabilidade do Senhor **Tacio Cezar Magalhaes da Cunha**, Diretor da CAESC e Ordenador de Despesas no período de 01.01.2020 a 15.04.2020, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.
- 10.2. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Companhia de Água, Esgoto e Saneamento de Coari - CAESC, referente ao exercício de 2020, de responsabilidade do Senhor **Cristianerson Pereira Rodrigues**, Diretor da CAESC e Ordenador de Despesas no período de 15.04.2020 a 24.09.2020, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº.



ACÓRDÃO Nº1392/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.

- 10.3. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Companhia de Água, Esgoto e Saneamento de Coari - CAESC, referente ao exercício de 2020, de responsabilidade do Senhor **Izocrates de Oliveira Brandao Filho**, Diretor da CAESC e Ordenador de Despesas no período de 24.09.2020 a 31.12.2020, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.
- 10.4. Dar quitação** ao Senhor **Tacio Cezar Magalhaes da Cunha**, Diretor da CAESC e Ordenador de Despesas no período de 01.01.2020 a 15.04.2020, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE.
- 10.5. Dar quitação** ao Senhor **Cristianerson Pereira Rodrigues**, , Diretor da CAESC e Ordenador de Despesas no período de 15.04.2020 a 24.09.2020, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE.
- 10.6. Dar quitação** ao Senhor **Izocrates de Oliveira Brandao Filho**, Diretor da CAESC e Ordenador de Despesas no período de 24.09.2020 a 31.12.2020, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE.
- 10.7. Determinar À ORIGEM** que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas:
- 10.7.1.** Os balancetes mensais, via sistema E-Contas, do CAESC, referentes ao período de janeiro a dezembro de 2020, foram encaminhados a esta Corte de fora do prazo;
- 10.7.2.** Em análise ao Balanço Patrimonial do órgão, apresentado no bojo da prestação de contas do exercício de 2020, verificou-se a necessidade de apresentação de resposta aos esclarecimentos;



ACÓRDÃO Nº1392/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

10.7.3. Ausência da conta “Depreciação Acumulada”;

10.7.4. Os valores dos bens patrimoniais contabilizados diferem dos controles administrativos, pois enquanto no balanço consta o valor de R\$ 625.662,70, não houve apresentação de controles do setor de patrimônio, conforme declaração às fls. 85 da prestação de contas;

10.7.5. Não houve a apresentação do “Inventário dos Estoques”, sob justificativa de que os materiais são de consumo imediato, conforme declaração às fls. 77 da prestação de contas;

10.7.6. De acordo com as informações apresentadas nos resumos das folhas de pagamento da CAESC do período de janeiro a dezembro/2020 mais o do 13º salário, o total geral a ser repassado de recolhimento previdenciário ao INSS foi de R\$ 588.254,84. Entretanto, não houve comprovação dos valores repassados ao INSS (PATRONAL + EMPREGADOS). Portanto, a CAESC encontra-se inadimplente com o repasse das contribuições previdenciárias ao INSS de todo o período de 2020, no total geral de R\$ 588.254,84, incluindo o referente ao 13º salário;

10.7.7. A CAESC, desde a sua criação, nunca fez concurso público para a admissão/contratação de servidores para o seu quadro de empregados públicos. Em decorrência dessa omissão, a CAESC vem, de forma rotineira, contratando servidores temporários para as suas atividades rotineiras principalmente aquelas voltadas a sua atividade fim de sua existência, sendo necessário, de forma urgente, a realização de concurso público nesta Autarquia, em desacordo com os incisos II, V e IX, art. 37 da Constituição da República;

10.7.8. As diárias concedidas aos servidores da CAESC possuem como fundamento legal a Lei Municipal n.º 716/19, art. 3º (aos Agentes Políticos e equiparados) e a Lei Municipal n.º 715/19, art. 49 (demais servidores efetivos e comissionados), porém houve irregularidade na concessão de diárias aos servidores temporários;

10.7.9. Ausência de ato administrativo concedendo a Gratificação de Atividade I, II e III (COD. 39, 40 e 41) aos servidores da CAESC;

10.7.10. Ausência de preenchimento de requisitos dos cargos comissionados de Diretor Presidente e de Diretor Administrativo e Financeiro da CAESC;

10.7.11. Em análise aos procedimentos de dispensa de licitação nº 1 a



ACÓRDÃO Nº1392/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

16º, verificou-se a inobservância ao que determina o art. 38 da Lei nº 8666/1993, uma vez que os processos se encontram sem numeração de folhas e peças sem assinatura do ordenador, em desacordo com o Art. 38 da Lei nº 8.666/1993;

10.7.12. Nos procedimentos de dispensa de licitação nº 1, 2, 3, 15 e 16/2020 detectou-se que os empenhos não continham a assinatura dos ordenadores da despesa, em desacordo com o art. 58, Lei nº 4.320/64;

10.7.13. Em análise aos procedimentos de dispensa de licitação nº 5, 6, 8 e 12/2020, foi constatado que o objeto da dispensa não se encontra devidamente caracterizada, conforme art. 14 da Lei nº 8666/1993, em desacordo com o art. 14 da Lei nº 8666/1993;

10.7.14. Nos processos administrativos dos procedimentos de dispensa de licitação nº 1, 2, 3, 5, 11, 13, 14, 15 e 16 os atestados de recebimento das mercadorias e/ou serviços encontram-se sem a assinatura do responsável pela conferência, em desacordo com o Art. 73 da Lei 8666/1993; Art. 63 da Lei nº 4320/1964.

10.8. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE, adote as providências do art. 162, §1º, do RITCE.

Vencido o voto-destaque proferido em sessão pelo Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, acompanhando o Ministério Público de Contas pela irregularidade das contas, multas e determinações.

11- Ata: 23ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 11 de julho de 2023.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Júlio Assis Corrêa Pinheiro (Presidente, em sessão), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).



ACÓRDÃO Nº1392/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro-Presidente, em sessão

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira Relatora

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral